

TRAJETÓRIA SOBRE O ENCONTRO COM A ANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA

Katiane Silva¹

“Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” (Bourdieu 2005: 40). É neste sentido que faço um convite aos estudantes e aos leitores a refletirem a respeito do fazer antropológico na Amazônia e também a pensar que nossos interesses de pesquisa não surgem ao acaso. As escolhas e os objetivos das nossas trajetórias acadêmicas vão sendo construídos a partir dos nossos encontros intelectuais, familiares, institucionais, afetivos, econômicos, filosóficos, dentre outros.

Refletindo a partir da minha experiência pessoal, compreendo que os caminhos que venho percorrendo seguem as lógicas dos espaços do possível, ou seja, considerando que minha graduação foi em Psicologia e meu mestrado e doutorado foram em Antropologia Social, as escolhas por mim feitas para construção da trajetória intelectual estão situadas no contexto das condições históricas e sociais nas quais eu estava inserida.

Enquanto cursava psicologia (entre 2001 e 2006), minha leitura sobre o curso era bastante crítica: tratava-se de um curso voltado quase que exclusivamente ao trabalho clínico terapêutico e eu necessitava de leituras que me fizessem compreender o mundo social a partir de uma perspectiva mais abrangente. Conforme cursava as disciplinas, minhas inquietações foram se intensificando e, como consequência, me interessei pela pesquisa e extensão. Na metade do curso, ingressei no Programa de Iniciação Científica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), trabalhando no Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (LAPSEA)².

A partir de uma perspectiva que relacionava a Psicologia Social do Ambiente e Antropologia Social, desenvolvi dois projetos de pesquisa, interligados a um projeto de extensão.

¹ Antropóloga e psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é docente adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando na Faculdade de Ciências Sociais (FCS), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, do INEAF. Atua no Grupo de pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio (vice-líder) e no Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED- Museu Nacional/UFRJ). Trabalha temas referentes a povos indígenas e populações tradicionais; mobilizações sociais na Amazônia; conflitos sociais e ambientais, especialmente nas áreas do Alto e Médio Rio Solimões (AM), do Alto Rio Negro (AM) e no Baixo Amazonas (PA). Possui experiência no gerenciamento e desenvolvimento de projetos sociais que compreendem ações comunitárias, organizações populares e formação de lideranças quer no mundo urbano, quer em áreas rurais. e-mail: katiane.mars@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/2513553021717721>.

² Coordenado pela pesquisadora e professora Doutora Maria Inês Higuchi, que me orientou durante essas duas pesquisas.

A primeira pesquisa era intitulada “Do bairro pra floresta: percepções ambientais de adolescentes moradores vizinhos de fragmentos florestais urbanos”. Tinha como objetivo analisar as percepções que os jovens, vizinhos à Reserva Florestal Adolpho Ducke³, possuíam sobre seus espaços de moradia (o construído e a floresta) e sua relação com a vida cotidiana urbana. O segundo projeto de pesquisa era intitulado “Percepções de adolescente sobre qualidade de vida ambiental”, e significou um desdobramento do projeto anterior. Teve como objetivo compreender as percepções dos jovens sobre qualidade de vida, a associação dela com o meio ambiente, bem como as possibilidades de identificar os indicadores de qualidade de vida elaborados pelos participantes.

Em paralelo às pesquisas, fiz parte do projeto de extensão intitulado “Educação Ambiental com adolescentes vizinhos à Reserva Ducke”, que visava desenvolver estratégias de mobilização grupal de jovens por meio de encontros semanais no Jardim Botânico de Manaus. Ao conviver com aqueles jovens percebi que uma quantidade considerável dos participantes do projeto era proveniente de cidades do interior do estado do Amazonas. Alguns poderiam ser considerados descendentes de indígenas, mas não revelavam suas origens étnicas.

Outro dado que me chamou atenção foi o fato de o bairro Cidade de Deus, onde está situada a Reserva Ducke, também abrigava comunidade Ticuna Wotichimaucü. Percebi que a presença de comunidades indígenas vinha crescendo em Manaus, presença esta constantemente invisibilizada na cidade. Tais compreensões foram fundamentais para a minha mudança no curso acadêmico, da Psicologia *stricto sensu* para a Antropologia Social, afinal, a etnicidade é uma das características da cidade e região onde eu nasci (Manaus), e era impossível fechar os olhos para tal aspecto.

Mais tarde, já formada em Psicologia, participei do projeto intitulado “Educação em saúde e educação ambiental: uma pesquisa-ação no Distrito de Iauaretê do município de São Gabriel da Cachoeira/AM”⁴, desenvolvendo o projeto intitulado “Planejamento e análise de uma intervenção em saúde e meio ambiente no Distrito de Iauaretê do município de São Gabriel da Cachoeira”. Este trabalho consistiu em identificar o processo de incorporação do conhecimento entre os indígenas locais e como este se efetiva na prática, buscando obter subsídios para ações de ensino e pesquisa nas áreas de educação, saúde, meio ambiente.

Durante este período fiz um levantamento bibliográfico exaustivo nas bibliotecas do NPCHS/INPA e da UFAM e em bibliotecas e bancos de dados virtuais de educação em saúde, educação ambiental, promoção da saúde, comunicação, mobilização social, cosmologia e

³ Localizada no quilômetro 26 da Estrada Manaus-Itacoatiara (AM-010). Esta reserva tem 10.072 hectares e serve como suporte para todos os segmentos das pesquisas do INPA e outras instituições nacionais e internacionais. Ela representa uma grande área dentro do perímetro urbano composta por mata primária, rios, igarapés e fauna, com uma importante biodiversidade. Durante o período da pesquisa, grande parte da face sul e uma pequena parte da face oeste da reserva já estavam próximas aos bairros Cidade de Deus, Aliança com Deus (que ainda não era considerado bairro) e Santa Etelvina, densamente povoados.

⁴ Coordenado pela Doutora Renata Ferraz de Toledo, e executado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). A pesquisa estava vinculada ao Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (NPCHS)/Laboratório de Etnoepidemiologia (LETEP) do INPA.

movimento indígena, especificamente do Alto Rio Negro. O desenvolvimento deste projeto representou uma ruptura na minha prática e linha de atuação profissional. Trabalhar em uma pesquisa situada em Iauaretê significava fazer trabalho de campo fora de Manaus, incorporando outros elementos metodológicos até então nunca experimentados por mim.

Após a preparação prévia iniciei o trabalho de campo, que consistia em reuniões e atividades com indígenas realizadas na Escola São Miguel, no Distrito de Iauaretê. Mediei as oficinas de jornal comunitário e os debates a respeito das chamadas “doenças de índio”, “doenças de branco”, principais legislações relativas à saúde e meio ambiente e a importância do trabalho desenvolvido pelos Agentes de Saúde Indígenas – ASI. O grupo produziu o jornal comunitário “A voz de Iauaretê” e divulgou o trabalho ampliando as possibilidades de ação. Um dos encaminhamentos sugeridos pelos indígenas foi a possibilidade da disseminação das informações debatidas por meio da distribuição dos jornais na Escola São Miguel e a realização de palestras, utilizando o jornal como instrumento pedagógico.

Este trabalho foi muito importante para meu crescimento profissional e pessoal. Durante o processo pude trabalhar com o indígena antropólogo Ivo Fernandes Fontoura, da etnia Tariano, e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa relação de pesquisa e amizade ampliou meus horizontes e fortaleceu meu desejo de continuar minha formação acadêmica. As conversas com Ivo, em Iauaretê, e leitura de sua dissertação (Fontoura 2006)⁵ me motivaram mais ainda a ingressar no mestrado. No entanto, em 2007, ainda não havia um programa de pós-graduação nesta área em Manaus e o meu deslocamento para outro estado não seria possível naquele momento.

Em paralelo às atividades desenvolvidas no NPCHS/LETEP, fui convidada a integrar o projeto “Vida socioambiental de comunidades de reservas extrativistas no Amazonas”⁶, no qual realizamos os estudos para elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Auati-Paraná⁷. Fonte Boa/AM. A primeira viagem que fiz à Resex Auati-Paraná, entre agosto e setembro de 2007, foi possível por meio da parceria entre a instituição gestora da Resex e Laboratório de Manejo Florestal (LMF)⁸, do INPA.

Apesar das diferenças, o grupo interdisciplinar conseguiu dialogar e responder a algumas demandas sobre a área de estudo. O trabalho consistia em visitas domiciliares nas 16 comunidades que compõem a Resex, para a realização de entrevistas semiestruturadas e

⁵ Sua dissertação é intitulada “Formas de Transmissão de Conhecimentos entre os Tariano da Região do Rio Uaupés Am” e foi defendida em 2006, no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/933>.

⁶ Uma parceria entre o Laboratório de Manejo Floresta (LMF)/ LAPSEA, ambos do INPA, e o IBAMA e Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio), e com apoio financeiro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), gerido pela associação civil sem fins lucrativos Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

⁷ Criada a partir do Decreto de 7 de agosto de 2001, está localizada no Município de Fonte Boa/AM, possui aproximadamente uma área de 147.597.00 ha e está contígua à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDS Mamirauá. Nela residem cerca de 1.400 pessoas, em 16 comunidades, ao longo do paraná Auati-Paraná, que liga os rios Solimões e Japurá.

⁸ Liderado pelo pesquisador Doutor Niro Higuchi.

observação, como objetivo de se compreender o cotidiano das pessoas e suas percepções a respeito da Resex Auati-Paraná.

No início do ano seguinte, 2008, prestei concurso para o mestrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), concretizando meu desejo de qualificação profissional e aprofundamento na área. Fui orientada pela professora Doutora Thereza Menezes e minha pesquisa consistiu numa etnografia e na reconstituição histórica e social da Resex Auati-Paraná. A escolha pelo local de pesquisa, na época, se deu em função do interesse despertado nesta viagem de campo anterior e da facilidade de financiamento para as viagens, já que eu estava inserida no grupo de estudos para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da Resex.

Na minha dissertação intitulada “Sociogênese de uma Unidade de Conservação: um estudo sobre a Reserva Extrativista Auati-Paraná, Fonte Boa/AM”⁹, a partir da perspectiva da configuração social (Elias 1993; 1997), pude demarcar uma gênese para este estudo: o processo de formação de lideranças na região do Médio e Alto Solimões através da intervenção da Prelazia de Tefé, e sua intenção de produção de um projeto de vida para as famílias que viviam na região.

Neste trabalho abordei as trajetórias pessoais e coletivas dos grupos envolvidos (extrativistas e indígenas), num contexto social específico, tornaram possível a criação e gestão da Unidade de Conservação em questão. Discuti também como os novos modos de configuração e regulação social no uso dos recursos naturais desenharam um novo mapa e criaram uma nova etiqueta social, que acirraram conflitos prévios. O surgimento de conflitos a partir de um novo modelo de gestão foi engendrado principalmente na questão do manejo da pesca. Procurei abordar as diversas possibilidades para a reflexão sobre os vários discursos que foram se constituindo sobre essa nova forma ou categoria de ordenamento territorial – Unidade de Conservação – na chamada Região Amazônica, não apenas do ponto de vista da normatização, mas daqueles que participaram da trajetória de construção da Reserva Extrativista, bem como as possíveis formas de negociações nesse processo.

Em dezembro de 2009, logo após a defesa de mestrado, ingressei na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como professora assistente no Curso de Pedagogia Intercultural Indígena. O objetivo do curso é formar professores da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, com público predominante de indígenas. Atuei no município de Tefé e a turma na qual lecionei era composta por 18 indígenas (das etnias Cocama, Cambeba, Tukano) e 22 não indígenas. A maior parte dos estudantes se conhecia e já atuava e militava na área da educação escolar indígena, o que facilitou o envolvimento e participação tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Os encontros eram muito ricos, pois os estudantes compartilhavam entre si e comigo uma diversidade imensa de conhecimento sobre a região, suas histórias de vida, os desafios enfrentados no processo de organização e militância dos professores indígenas. Nessa experiência também pude conhecer alguns indígenas Cocama, Cambeba e Tikuna que me

⁹ Durante a realização da pesquisa fui bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

orientaram a respeito do contexto do movimento indígena em Tefé e adjacências. Dentre esses encontros, a interlocução com Silvío Almeida Bastos, indígena Tikuna e então funcionário da Funai em Tefé, foi fundamental para minha compreensão do mundo social e “conflituoso” do Médio e Alto Solimões.

Em março de 2010 ingressei no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sob a orientação do professor Doutor João Pacheco de Oliveira produzi a tese intitulada: “Parente é Serpente: Ambientalismo, Conflitos Sociais e Uso dos Recursos Naturais no Auati-Paraná, Amazonas”¹⁰. Até a redação final do texto passei por diversas experiências de trabalho formal e informal que também foram importantes para o amadurecimento das escolhas metodológicas na minha carreira como antropóloga. Além disso, a mudança de Manaus para o Rio de Janeiro foi radical e exigiu um esforço maior para dar conta das exigências do PPGAS/MN e do desafio de ser mãe – de Aruã Silva Vargas, que nasceu em 2001 e passou parte da infância transitando pelos corredores da UFAM e do Museu Nacional enquanto eu estudava, participando das aventuras da escrita de uma dissertação e de uma tese que pareciam nunca acabar –, doutoranda e bolsista numa cidade que se apresentava cada vez mais dispendiosa e que passava por um processo violento de controle estatal.

Na minha tese discuti sobre os conflitos sociais e étnicos entre os indígenas Cocama da família Arantes e seus parentes que se consideram não indígenas. Tratei esta questão como efeitos sociais decorrentes de uma história local marcada pela patronagem e pela exploração dos recursos naturais e da força de trabalho e, mais tarde, da criação de duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável: a Resex Auati-Paraná e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. A principal atividade na região é o manejo do pescado e a gestão dessas Unidades de Conservação – que envolve diversas instituições como ICMBio, IBAMA e FUNAI – reacendeu diversos desentendimentos prévios entre os habitantes da região.

A partir dos relatos dos atores sociais, de observação e pesquisa em documentos do Arquivo da Prelazia de Tefé, foi possível perceber que a identificação a uma identidade indígena não é produzida com neutralidade, mas representa um movimento de luta ou reação a um processo de “tutela ambientalista”¹¹ e precarização da vida dos envolvidos. É importante observar aqui os diferentes instrumentos metodológicos de que me apropriei no esforço empreendido na consolidação deste trabalho. O exercício que tracei desde as minhas primeiras pesquisas na graduação sempre teve uma orientação voltada para a abertura a novas experiências metodológicas: entrevistas, observação, participação em eventos importantes aos interlocutores, análise profunda de documentos e fontes históricas.

¹⁰ Durante a realização da pesquisa fui bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹¹ Baseada no conceito de “tutela indigenista” (Oliveira Filho 1988), e de “poder tutelar” (Souza Lima 1995), desenvolvi a ideia de “tutela ambientalista”, na qual os efeitos da atuação do Estado em nome de uma política ambientalista, seja numa posição ativa do controle territorial e social ou numa posição distanciada, se concretizam com a produção de sujeitos, no caso os indígenas, que devem respeitar e agir de acordo com as regras estabelecidas pelo Estado e com a presença de elementos que configuram a tutela e a pacificação do território.

Meu interesse, dentre outras coisas, foi compreender como se deu o processo de afirmação étnica, como se engendraram os conflitos étnicos e familiares, bem como as implicações da reivindicação da identidade indígena na vida cotidiana, na qual os conflitos e a violência são tomados como fatores constitutivos dessa construção social e “luta” pelos direitos. Procurei focar na experiência dos atores sociais: indígenas, comunitários e mediadores sociais, tomando como fio condutor a reconstituição da história da ocupação das comunidades até o surgimento da nova modalidade territorial demandada: a Terra Indígena.

É importante mencionar ainda minha trajetória fora da academia com os projetos que desenvolvi no Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro (Sesc Rio), no cargo de Analista de Projetos Sociais. É importante frisar que dentro de um espaço não acadêmico procurei dar sentido à minha formação em Antropologia Social e, no Sesc, busquei todas as possibilidades para justificar minha presença enquanto antropóloga, propondo projetos que foram considerados inovadores na gestão de 2014 e 2015. O trabalho no Sesc me permitiu aplicar os conhecimentos adquiridos sobre a etnologia indígena junto aos professores, em sua maioria, das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, aos estudantes e diversos profissionais interessados nas temáticas da etnologia indígena no seu viés político, bem como uma imersão em trabalho de extensão e aproximação com as “comunidades periféricas”, ou favelas, do Rio de Janeiro.

Ao observar a demanda de professores da rede pública a respeito de exposições ou cursos sobre a temática indígena, devido à formação precária nesse campo, minha primeira tentativa de aplicação da temática indígena foi a proposta do projeto “Reflexões sobre História Indígena e Africana”. Foi coordenado por mim e consistiu na realização de cursos destinados a professores da rede pública e particular e profissionais de diversas áreas, interessados pela temática da história e cultura indígena e africana. E, assim, contribuir para o debate atual sobre a diversidade indígena e africana, sua importância na formação do Brasil e, deste modo, proporcionar a diminuição do preconceito e racismo ainda presente na sociedade brasileira.

Além desses projetos relacionados à temática indígena, também elaborei, planejei e executei projetos sociais em ação comunitária e organização popular; assessoria e mediação de projetos de transformação social; liderança de projetos, realização de ações de campo, gerenciamento das atividades técnicas e administrativas do projeto; articulações comunitárias, mapeamento e relacionamento com líderes comunitários em favelas do Rio de Janeiro. Basicamente os trabalhos eram voltados para a sugestão de metodologias de análise que identificassem os processos de segmentação e segregação e reprodução das desigualdades sociais; a reflexão sobre os modelos de políticas públicas voltadas para a “comunidade pacificada”; bem como discussões de estratégias de fortalecimento comunitário.

Minha experiência em etnologia tem uma orientação voltada para a questão da mobilização política e cultural dos indígenas, enquanto sujeitos de direitos. Atualmente sou docente na Faculdade de Ciências Sociais, no Programa de Pós-graduação em Antropologia e no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará.

Desde o meu ingresso na UFPA, em 2016, desenvolvo o projeto “Emergências étnicas e conflitos sociais na Amazônia: um estudo comparado sobre coletivos políticos indígenas no

Alto Rio Solimões (AM) e no Baixo Rio Tapajós (PA)”. Meu intuito é realizar um estudo comparado sobre “emergências étnicas” e conflitos sociais na bacia do Auati-Paraná (tributário do Alto Rio Solimões), Amazonas e no Baixo Tapajós, Pará. Com caráter etnográfico e histórico, tem como foco a organização de coletivos políticos indígenas que lutam por autonomia, pelo direito de permanência em seus locais de moradia e direitos básicos, como saúde e educação.

O projeto está vinculado à linha de pesquisa “Povos indígenas e populações tradicionais”, do PPGA. Embora a proposta inicial do projeto tenha sido o estudo comparativo entre Unidades de Conservação no Amazonas e no Pará, minha inserção no campo de pesquisa no Baixo Amazonas começou a ser realizado no ano de 2018, na região conhecida como Planalto Santareno. Tal iniciativa foi possível a partir do convite recebido por algumas lideranças do movimento indígena em Santarém para acompanhar a situação das comunidades que estão reivindicando a demarcação de uma Terra Indígena na região.

A ideia principal do projeto é analisar as respostas das comunidades indígenas às políticas de ordenamento territorial e à tentativa de dominação das populações locais, em espaços domesticados e compartimentados, cuja vocação (estabelecida pelo Estado) é a proteção da natureza, e que, no entanto, tratam-se de regiões que possuem histórias prévias de violência e descaso com relação às pessoas que os ocupam.

Dentre as mais diversas histórias de genocídio e apagamento da presença indígena no Brasil, e mesmo na Amazônia, as regiões onde pretendo desenvolver esta pesquisa se caracterizam pela atuação destacada do movimento indígena neste emaranhado de questões que venho inventariando e discutindo desde 2007 a respeito do reordenamento territorial na Amazônia e das formas de reação dos indígenas a esses eventos.

Neste sentido, o projeto procura analisar e confrontar os pontos de vista dos indígenas, de representantes das instituições gestoras e dos movimentos indígenas, ou seja, evidenciar as narrativas oficiais e as micronarrativas sobre o processo de luta e resistência às modalidades de gestão territorial e populacional estatal, tendo em vista o avanço de novas formas de dominação. Nesse sentido, a ideia também se constitui na apresentação e discussão das narrativas oficiais sobre o “projeto colonizador” da Amazônia, constituído com base na violência, tanto física quanto simbólica, enquanto elementos constituintes da “domesticação” e exploração da região estudada. O foco de análise está localizado em três modalidades de violência contra os povos indígenas e violação dos direitos: preconceito/racismo, o processo de expropriação de territórios, e tentativa de incorporação dos indígenas em lógicas de dominação patronal.

Em outubro de 2018 fui nomeada pela Funai para coordenar o Grupo de Trabalho¹² com o objetivo de realizar os estudos de natureza etno-histórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários à identificação e delimitação da área reivindicada pelos povos Munduruku e Apiaká, compreendida pelas Comunidades do Planalto Santareno, localizadas no Município de Santarém, no Estado do Pará. Esta atividade foi interrompida após as mudanças ocorridas nos últimos meses proporcionadas por um novo governo que apresenta dificuldades

¹² Conforme Portaria número 1.387, de 24 de outubro de 2018.

em compreender a importância da diversidade e da luta de povos que durante muito tempo foram violentados, mas que Resistem e Existem.

Parafraçando mais uma vez Bourdieu, este texto não é uma autobiografia, muito menos um caso exemplar de trajetória a ser seguido. Tentei mostrar que esta trajetória, que ainda considero de iniciante, só foi possível com a participação de interlocutores de pesquisa, pesquisadores parceiros, alunos, amores, amigos, inimigos e filho (sim, é possível fazer pesquisa de qualidade criando um filho sozinha). Não há necessidade de arrivismo. Embora em alguns momentos a pesquisa e a escrita pareçam solitárias, há muita gente envolvida no processo.

Referências

- Bourdieu, P. 2005. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Elias, N. 1993. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1997. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos IXI e XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fontoura, I. F. 2006. *Formas de Transmissão de Conhecimentos entre os Tariano da Região do Rio Uaupés, Am*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Oliveira Filho, J. P. de. 1988. *“O nosso governo”: os Ticuma e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq.
- Souza Lima, A. C. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.